

**NAS VEREDAS DO SERTÃO COLONIAL: O PROCESSO DE CONQUISTA E A
FORMAÇÃO DE ELITES LOCAIS NO SERTÃO DE PIRANHAS E PIANCÓ,
(CAPITANIA DA PARAÍBA DO NORTE, C. 1690 - C. 1768)**

Mayara Millena Moreira Formiga*

Durante finais do século XVII e início do século XVIII a América Portuguesa foi palco de um dos principais eventos deste período. As entradas e conquistas da ampla região do *sertão norte*, interior do atual Nordeste do Brasil que compreendem “*a grande extensão de terras semi-áridas do leste do Maranhão até o Norte da Bahia (ou seja, o vale do São Francisco)*”, englobando parte do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Norte¹ da Paraíba e de Pernambuco” (PUNTONI, 2002: 13).

Foi na segunda metade do século XVII após a expulsão dos holandeses em 1645, e a restauração das capitanias do norte pela coroa portuguesa, que se intensificou o interesse pelas terras e o processo de conquista nas áreas descritas acima, principalmente Pernambuco, Paraíba e Rio Grande, áreas de colonização mais antiga. Foi a pecuária o principal motor para a expansão dessa atividade nos sertões do norte, não podendo mais dividir o mesmo espaço com a lavoura canavieira, foi paulatinamente empurrada para longe da costa e sendo levada para o interior da região, até alcançar o sertão, permitindo assim, a expansão do povoamento nesta região. Tudo isso decorreu por que a criação de gado nas proximidades dos engenhos representava empecilhos para o desenvolvimento da agroindústria açucareira, na medida em que o gado (que era criado solto) causava grandes estragos as plantações e prejuízos para os senhores de engenho. Dessa forma, em 1701 a coroa proibiu a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral. (PIRES, 1990: 31)

Como nos mostra Nogueira (2010: 23) o sertões do Norte era o espaço adequado para criação dos rebanhos, áreas de domínio climático semi-árido, prestou-se muito bem ao criatório, possibilitando a transito bem mais fácil das boiadas por não possuir árvores de grande porte, contribuindo assim para a formação de bons pastos para o rebanho. O autor ainda nos mostra que o gado era um elemento essencial no período, funcionando como força motriz nos engenhos, dele era extraído o couro, que além de servir para embalar os fardos de fumo para exportação, era matéria prima para outros produtos. E principalmente o gado fornecia carne, um dos principais gêneros alimentícios do período.

* Mestranda da pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mayaramillena@gmail.com



Longe das áreas do açúcar, os currais e as fazendas de gado foram se estabelecendo, como nos mostra Antonil onde existia “largueza de campo e de água sempre mantendo de rios ou lagos”. Os rios, sobretudo o São Francisco, foram os condutores para penetração nos sertões, já que esta era uma região marca pela falta de chuvas. Dessa forma as fazendas de gado acompanhavam as margens dos rios, uma vez que o fornecimento de água para a atividades criatórias eram fatores essenciais para garantir a fixação dos colonos. Por este motivo, segundo Puntoni (2002), os rios São Francisco, ao sul, e o Parnaíba, ao norte, foram os principais eixos da ocupação, por serem rios perenes.

Segundo SILVA (2010) os rios, na maioria afluente desses dois principais descritos acima, também demarcaram espaços de conflitos contra os povos indígenas, onde, por exemplo, os tarairiús e cariris se estabeleceram para combater os fazendeiros e a coroa. Os pontos de conflitos eram: rio Açu e Jaguaribe, principalmente, mas também o Piancó, o Seridó e o São Francisco. De acordo com a autora, o que comumente se costuma chamar de guerra do Açu abarcava todo este vasto espaço.

O processo de conquista dos sertões Norte partiu de várias frentes, no entanto, sempre comandado pelos dois mais importantes núcleos daquele período, que eram as capitanias de Pernambuco e Bahia. A partir dessas duas frentes, os currais se multiplicaram pelo Ceará e o Piauí, através da Paraíba e do Rio Grande. De acordo com Puntoni (2002) a rota que surge na Bahia, seguiu o curso do Rio São Francisco e do Itapicuru, e colonizou a parte do Brasil que Capistrano de Abreu descreveu como “sertão de dentro”. A frente que saiu de Pernambuco, “sertões de fora” abrangia a região que ficava mais próxima a área litorânea, atingindo até o Ceará.

Já apontamos acima, o interesse da coroa em separar a lavoura canavieira da atividade criatória, como um dos motores da expansão da pecuária para o sertão. No entanto, motivações de cunho econômico, por exemplo, também instigaram as correntes de povoamento. Como nos mostra Pires (1990:37) à facilidade em obter sesmarias constituiu-se num dos principais incentivos a ocupação dos territórios, e a expansão da pecuária atendeu tanto a interesses das elites locais, quanto à da própria coroa portuguesa. Em primeiro lugar, segundo a autora, o sertão era uma área menos reconhecida, por estar afastada dos trabalhos com o açúcar, atividade mais valorizada pela classe hegemônica. Em segundo lugar, a ocupação de novas terras, era a grande oportunidade de enriquecimento para aqueles que não dispunham de capital para montar engenhos. Um terceiro ponto assinala que o Estado promoveu a ocupação do sertão como forma de garantir a segurança de seus territórios, por

receio de ocorrerem novos ataques a colônia. Por fim, o interesse era fazer do criatório de gado uma atividade que se tornasse rentável, para própria capitania, com vistas à exportação.

Garcia d'Avila, fundador e senhor da Casa da Torre, grande latifundiário, juntamente com seus vaqueiros foram os pioneiros na empreitada da conquista nos sertões do Norte. Como nos mostra Luiz Bandeira (2000) A Casa da Torre constituiu-se um caso emblemático na história da colonização no Brasil, uma vez que os membros da mesma família (Garcia d'Avila) permaneceram ao longo de dois séculos desbravando áreas no sertão do Nordeste, e mantendo poder sobre elas até meados do século XIX. Seus domínios se estendiam da Bahia, através de todas as províncias do nordeste, até o Maranhão.

No entanto, não só os sesmeiros da Casa da Torre obtiveram destaques em suas empreitadas pelos sertões. Segundo Puntoni (2002: 195-196) os sertanistas de origem das vilas de São Paulo, possuíam uma específica arte da guerra, mais precisamente a guerra contra os “bárbaros” ou contra escravos e negros do Quilombo de Palmares, além de possuírem um perfil perfeitamente adaptável às condições climáticas do semi-árido sertanejo. Dessa forma, os bandeiristas paulistas, adentram os “sertões do norte”, muitas vezes servindo a governos locais. Nos momentos em que não se conseguia combater os indígenas, “a utilização dos sertanejos paulistas parecia solução necessária.” Um dos grandes atrativos para os paulistas, era a promessa de receberem mercês, honrarias e a concessão de parte das terras que conquistassem.

De acordo com Silva (2010), os empreitadas pecuaristas para o sertão eram, em geral, de caráter particular. Nas palavras da autora, “a Coroa, depois de uma série de expedições de abertura de caminhos, no século XVI, relegou essas áreas, uma vez que não se inseria plenamente em seus projetos de produção para exportação”. Em vistas disso, de acordo com Silva, a coroa limitou-se apenas a doar sesmarias e concessão de títulos aqueles que se lançavam nas empreitadas, interferindo apenas em fatores mínimos da sociedade sertaneja, acarretando posteriormente em dificuldades de implantação das leis do reino nestas áreas. Assim, as primeiras expedições e o custeio dos primeiros conflitos foram financiados pelos próprios sesmeiros. No entanto, quando estes não conseguiam enfrentar os indígenas com seus próprios recursos, recorriam ao socorro da coroa.

No entanto, a conquista colonial do interior das chamadas *capitanias do norte* e o completo estabelecimento dos colonos no sertão, só foi possível após inúmeros conflitos armados entre o colonizador e os povos indígenas, mas, que envolveram sesmeiros, sertanistas, indígenas aliados, missionários, conquistadores e oficiais régios. A chamada *guerra dos bárbaros*², resistência indígena que se tornou um dos maiores obstáculos para a

expansão da pecuária, que só teve pleno desenvolvimento após o fim dos conflitos, ocorreu entre os anos de 1650 e 1720. Sobre os espaços onde ocorreram esses conflitos, Pedro Puntoni nos mostra que:

A partir de 1687, levantes dos tapuias ganharam radicalidade, em particular no sertão norte do estado do Brasil, isto é, Pernambuco e capitanias anexas, principalmente no Rio Grande e Ceará. As chamadas “guerras do Açu”, apesar de serem tomadas normalmente como Guerra dos Bárbaros como um todo pela historiografia brasileira, são na verdade o caso específico dos conflitos dessa região – o vale do rio Açu ou Piranhas -, no atual Rio Grande do Norte. (PUNTONI, 2002: 44)

A *guerra do Açu* descrita na citação foi uma das mais cruéis e demoradas dentre os ataques contra os povos indígenas, foi também o que recebeu grande contingente de mão-de-obra bélica, tamanha a sua amplitude, já que envolvia os sertões de Rodelas, Piauí e Paraíba, e dos rios Açu e Jaguaribe, abrangendo todo este vasto sertão (SILVA, 2010).

Após prestarem serviços ao Rei e vencerem a guerra contra os povos indígenas, a recompensa pelos serviços prestados se traduzia em pedidos e posteriormente, concessão de sesmarias, que se transformaram na base para o estabelecimento dos currais e fazendas de gado, e como um mecanismo de fonte de renda, nesta medida, a concessão também conferia autoridade e poder local ao sesmeiro. Este acesso a extensão de terras, também se transformou em um meio para a constituição de elites locais.

Desta forma, como nos mostra Fernanda Bicalho (2005), a conquista de novos territórios no século XVI, com a conquista expansão da América Portuguesa, trouxe aos vassalos lusitanos a oportunidade de prestarem serviços a monarquia portuguesa, trazendo assim, a particular possibilidade de recompensas traduzidas em terras, cargos, direitos e privilégios, práticas que segundo a autora, estavam comumente presentes nas sociedades do Antigo Regime.

Com relação à Capitania da Prahyba do Norte, até 1650 só era explorada e conhecida a faixa litorânea, e o sertão desta capitania era virgem aos passos dos colonizadores. Somente na segunda metade do século XVIII, é que começam as empreitadas para o sertão, a partir de três pontos diferentes: pela subida do rio Paraíba, ao longo do rio Piancó, e o último foi o caminho que comunicava a região do rio São Francisco com a bacia de Piranhas. (ALMEIDA, 1978: 13)

Através dos requerimentos e concessões de sesmarias percebemos que as entradas para o sertão, a partir das rotas descritas acima, não ocorreram em grande escala. Uns após outros iam chegando à parte central, a do planalto da Borborema, que segundo Elpídio de

Almeida, começou a se explorar em 1663, data das primeiras concessões de sesmarias, concedida em fevereiro de 1665 pelo Conde de Óbidos, governador geral com sede na Bahia, a Antônio de Oliveira Lêdo, Custódio de Oliveira Lêdo, Constantino de Oliveira Lêdo, Luiz Albernaz, Francisco de Oliveira Lêdo, Maria Barbosa Barradas e o Alferes Sebastião Barbosa de Almeida, todos moradores na Bahia. Segundo a transcrição da doação de sesmaria apontada por Almeida (1778) “eles suplicantes são moradores e tem grande quantidade de gados, assim vacum como cavalos, e mais criações para poder povoar com toda largueza toda terra que for útil”.

As empreitadas feitas por Antônio de Oliveira Lêdo, chegaram ao conhecimento do governador provincial, Alexandre de Sousa Azevedo, que o incumbiu de fazer entradas para o alto sertão. Reconhecendo o trabalho de conquista, o governador geral, agora Roque da Costa Barreto, agraciou-o Antônio de Oliveira Lêdo com o posto de Capitão da Infantaria da Ordenança do sertão da Capitania de Parahyba, um dos principais postos da hierarquia militar, que fez do mesmo, a maior autoridade no sertão da Parahyba. (ALMEIDA, 1978)

Após a morte de Antônio de Oliveira Lêdo, quem assumiu o seu posto, agora de Capitão-Mor das fronteiras das piranhas assinado pelo governador geral Matias da Cunha, foi Constantino de Oliveira Lêdo, seu sobrinho que por muito tempo o acompanhou desde as primeiras entradas no Nordeste. Segundo Elpídio de Almeida (1978), no ano de sua nomeação coincidiu com o início da chamada *Guerras dos Bárbaros*, na Capitania do Rio Grande, onde Constantino lutou contra o gentio ao lado de Domingos Jorge Velho. Após a sua morte em 1694, quem assumiu o seu posto foi o seu irmão, Teodósio de Oliveira Lêdo, desbravador de deu significativas contribuições para o povoamento do sertão da Capitania da Parahyba, fundo arraiais que com o tempo se transformaram em cidades. Quem assinou a sua patente foi o governador geral D. João de Lencastro. De acordo com os termos da patente:

Porquanto por falecimento de Constantino de Oliveira Lêdo ficou vago o posto de Capitão das Fronteiras das Piranhas, Kariris e Piancó; e convem ao serviço de Sua Majestade, que Deus guarde, e conservação dos moradores de todo aquele sertão, e seus distritos, prove-lo em pessoa de grande valor, prática militar, e experiência de guerra dos Bárbaros, e sertões daqueles distritos; tendo eu consideração a concorrerem todas essas qualidades, e mais suposições que o fazem benemérito de ocupá-lo na de Teodósio de Oliveira Lêdo, irmão do mesmo Constantino de Oliveira Lêdo³.

Pelo exposto percebemos que Teodósio de Oliveira Ledo foi o terceiro Capitão- Mor do sertão de Piranhas. Antes dele permaneceu cerca de dez anos no posto Antônio de Oliveira Lêdo, passando posteriormente para seu sobrinho, Constantino de Oliveira Lêdo, e somente depois é que Teodósio assume o posto de Capitão-Mor. De acordo com Almeida (1978), essa

afirmação desmistifica a ideia criada pela historiografia de que foi Teodósio foi o primeiro Capitão-Mor do sertão de Piranhas.

Somente em meados de 1669 é que começamos a encontrar campanhas para conquista do sertão, em expedições comandadas pelo sesmeiro Teodósio de Oliveira Ledo. Sobre estas campanhas, o Conselho Ultramarino diz:

[...] fora aquela o capitão-mor [das] Piranhas e Piancó Theodosio de Oliveira Ledo, e o informara do estado em que se achavam os sertões daquele distrito, despovoado pelas invasões que tinha feito o gentio bravo tapuia, e que era conveniente que estes se tornassem a povoar com gado e currais [...] Nosso Senhor foi servido dar-lhe e que estava sendo esperado pelo capitão mor para fazer outra entrada; e lhe constava se iam juntar muitos gados para irem povoara as Piranhas onde se deva fazer um arraial para segurança dos povoadores⁴.

Já desde a chegada de Antônio de Oliveira Lêdo ao sertão de Piranhas, parte do território já havia sido ocupado por sertanistas pernambucanos e baianos, não pertencentes à família da Oliveira Lêdo, que também vinham em busca de estabelecerem seus currais.

Dessa forma, ainda por volta de 1665, já havia se iniciado o avanço lusitano sobre o sertão que tratamos, como no caso a Casa da Torre, que seguindo o curso dos rios, a começar pelo São Francisco, também possuíam várias propriedades no sertão da Capitania da Parahyba, nas palavras Luiz Bandeira “a Casa da Torre, que sempre funcionava como um bastião militar, possuía 28 propriedades arrendadas, só no vale do Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe, na Paraíba” (BANDEIRA, 2000: 197).

Seixas (*apud* MORAES, 2009: 2) nos relata ainda os limites territoriais do sertão que estamos tratando, dizendo que este abrange “limites [que] se estendiam desde o sertão do cariri velho, na Paraíba, até a vila do Icó e sertão de Jaguaribe, no Ceará; desde o sertão do Pajeú, em Pernambuco, até o vale do Jucurutu, no Rio Grande do Norte”

Deste modo, o sertão de Piranhas começa a ganhar forma, a partir da guerra contra o gentio, e principalmente, pelo desejo de ali se estabelecerem com os seus gados, fundando núcleos de povoamento onde os sujeitos históricos, ao fazerem uso do lugar, dão contornos ao espaço-sertão, transformando-o de acordo com seus interesses de enriquecimento e necessidade de sobrevivência.

A nossa pesquisa está inserida em um ambiente caracterizado pelo Antigo Regime. Neste período, o rei agraciava os seus súditos com benesses, como forma de retribuição pelos serviços prestados ao governo português nas áreas ultramarinas, como exemplo, a conquista e defesa de terras. Dessa forma, os vassallos espalhados pelo império, dependiam do aval e do

reconhecimento institucional da coroa portuguesa, para que pudessem se estabelecer na sociedade em que viviam. (FRAGOSO, GOUVEIA, 2010:19).

Eram os consentimentos de mercês, e em nosso caso, traduzidas em doação de sesmarias e posteriormente títulos de capitães, as responsáveis por transformar o sertão, a partir de ações cotidianas, no lugar viável para aqueles que desejavam ascender socialmente, mediante o comércio com o gado, e inserção no interior de redes de poder. Assim, por volta de 23 de janeiro de 1703, o Conde de Alvôr, Jacyntho A. de Figueiredo, Domingos Siqueira, capitão-mór Theodósio de Oliveira Ledo, Pedro Araujo e Domingos A.:

dizem que com dispendidos de suas fazendas e riscos de vida descobriram no sertão terras que nunca foram povoadas e descobertas em as ilhargas do rio das Piranhas, começando na lagoa Boxe para a parte do norte caminhando para o rio *Curiupé* pelo dito riacho a baixo e cima e confrontada com a dita lagôa Boxe com as testadas das terras de Antonio da Rocha Pitta (...) e pedem mercê de treis legoas de terra de comprido e uma de largo (...) foi feita a concessão pelo capitão-mór Francisco de Abreu Pereira. (TAVARES, 1982: p. 50)

Cria-se então, com a conquista de novas terras, um ambiente favorável à formação de grupos de elites locais e redes de poder. Fragoso descreve uma amostra dessas práticas, tomando como exemplo a capitania do Rio de Janeiro:

Em realidade a maneira como o Rio de janeiro foi conquistado deu margem a fenômenos que esclarecem alguns dos traços da sociedade colonial da região: formação de redes políticas entre seguimentos das elites regionais e inter-regionais. (FRAGOSO, 2007: 50).

Os agentes sociais também exerciam outras práticas que legitimavam suas ações, um exemplo delas é a inserção nas redes clientelares, pois, as relações institucionais políticas e econômicas se imiscuíam e também eram perpassadas por vínculos de parentesco, amizade e fidelidade aos mais próximos, honras e benefícios que responderam a uma lógica de reciprocidades de uns para com os outros, gerando assim uma cadeia infinita de “atos benéficiais” (XAVIER; HESPANHA, 1993: 381)

Outros tipos de relações vivenciadas pelos moradores do sertão eram as redes, conexões que eram acionadas para que os indivíduos nelas envolvidos pudessem atingir os seus objetivos e interesses. Entendendo ainda, que o funcionamento das redes está diretamente relacionado como a forma de organização dos poderes, dependendo também disso, o seu fracasso ou sucesso.

Compreendendo que no sertão da Capitania da Parahyba não existiam ainda órgãos efetivos e formais de administração, como as Câmaras Municipais⁵, as redes vão ser

percebidas nesse espaço-sertão, como o principal mecanismo de controle político-administrativo, onde a união dos interesses se enraizou naquela sociedade, sendo responsáveis pelo seu gerenciamento.

A constituição de redes, nas palavras de Gouvêa (2010: 166), eram entendidas a partir de uma dinâmica relacional, o meio pelo qual, poderes periféricos eram instituídos e fortalecidos, e ao mesmo tempo, também ligados a poderes centrais, como no nosso caso, as ligações entre o sertão e demais capitanias. Esses elementos potencializavam a ação de todo o grupo, assim como o de cada indivíduo separadamente.

Uma amostra bem visível da constituição de redes entre o sertão da Capitania da Parahyba, e os centros de mercado, são os documentos de procuração. Através destes, uma pessoa -outorgante- nomeava diversos representantes legais para administrar seus bens em localidades distantes. Temos, então, o expediente de uma peça judicial, regulando as relações de direitos e deveres nos acordos comerciais. A arrecadação de dívidas ativas e passivas, provenientes dos mais variados “tratos” passava, assim, pelo atributo da “legalidade”. Dessa forma, as procurações vêm ser o objeto legal através do qual os atores sociais envolvidos processavam, reprocessavam e afirmavam suas relações sociais e atividades econômicas, no interior das redes. Era a peça legal da procuração que conectava os interesses econômicos sediados no sertão, vinculando-os aos demais espaços coloniais, principalmente Salvador e Recife.

Exemplos dessas práticas podem ser percebidos na procuração feita por Constantino de Oliveira Ledo, que em fevereiro de 1721, apareceu diante do tabelião Álvaro de Lima e oliveira dizendo:

ordenou Constutuhiu por Seus Sertos e em todos Bastantes e abundozos PRocuradores e livre geral adeministacão a Saber na Sidade da parahíba do nortte o lencenciado agostinho nogueira da Costa Diogo de mendonSa Bezerra o Sargento Maior Manoel Marques de Sousa e no aze. [?] de pernambuco o doutor Balthazar Gonsalves Ramos o doutor o pe. francisco de Almeida, em a Sidade de da Bahia de Sao Salvador de todo Todos os Sanctos os Baxareis formados Francisco Ximenes Antonio Correa Ximenes Antonio de faria fonSequa em a Ribeira do pinhancô o Tenente Antonio de Lima e oliveira Manoel Rabello de figueredo Costodio Alves de Carvalho na Ribeira do Rio do pexi o Capitam Manoel Alves ferreira Bento frei re de Souza, ademostradores que Serão destte pRezente Instrmento aos Coais diSe dava eixSedia e trespaSava todo o Seu Livre e CompRido poder mandado⁶.

Decorre daí uma concepção que podemos ter sobre o que seria a Capitania da Paraíba do Norte. Essa não se configurava como um espaço bem delimitado, definido, com uma jurisdição rigidamente demarcada. Queremos dizer com isso, que esse espaço-sertão estava conectado com outras localidades, como cidade de Nossa Senhora das Neves (atual João

Pessoa) na própria Capitania da Parahyba, como também, as capitanias de Bahia e Pernambuco. Por extensão, podemos inferir que a noção de “fronteira” no espaço e na temporalidade em questão não tem a mesma representação com a qual a concebemos atualmente.

Referencias Bibliográficas

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982. (reconquista do Brasil; 70)

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões a independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 197.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 191

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack Braziliense** (Online), v. 2, p. 21-34, 2005

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governamentais portuguesas e centralidades régias no mundo português c.1680-1730. In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **Na Trama das Redes: Políticas e negócios no império português, século XVI - XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.166.

MORAES, Ana Paula da C. Pereira. **Em busca de Liberdade: os escravos no sertão do rio Piranhas, 1700-1750**. 2009, p.2. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Campina Grande.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se Nobre nas Fímbrias do Império: Práticas de Nobilitação e Hierarquia Social da Elite Camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Ceará.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra das bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. Recife: FUNDARPE, 1990, p. 37.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros. povos indígenas e a colonização do Nordeste do Brasil. 1650/1720**. São Paulo: Hucitec: editora da universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

SEIXAS, Wilson. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. João Pessoa: Grafset, 2004, p. 158.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão Pernambucano pelas vias açucareiras nos Séculos XVII e XVIII**– Recife: Cepe, 2010, pp. 166.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. O Antigo Regime (1620-1807). Vol 4. Lisboa: Estampa, 1993.

Notas

¹ De acordo com Pedro Puntoni, a capitania do Rio Grande é nomeado em sua obra (Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650 1720) sem o adjeto “do Norte”, que passou a ser corrente após 1737 para diferenciá-la da capitania de São Pedro, depois Rio Grande do Sul.

² A designação “bárbaros” foi um termo utilizado pelos colonizadores e cronistas da época, que ao considerarem os povos indígenas como principais obstáculos para a efetiva colonização, os viam apenas como selvagens, canibais e infiéis. A utilização desses termos também convinha aos seus discursos, já que pregavam e pretendiam a catequese e a “civilização” dos povos indígenas nos modelos culturais do europeu ocidental. (PIRES, 2007: 187)

³ Documento extraído do livro de registro de patentes, 1696\1703, fls. 53 v. e citado por Elpídio de Almeida, em seu livro História de Campina Grande.

⁴ Documento citado por Kalina Vanderlei em seu livro, Nas solidões vastas e assustadoras: A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII, 2010, p. 166.

⁵ As Câmaras municipais no período colonial foram instituições fundamentais na construção e manutenção do Império Ultramarino, uma vez que funcionavam como importante órgão administrativo colonial. “Elas se constituíram nos pilares da sociedade colonial português” (BOXER *apud* BICALHO, 2001:191).

⁶ Livro de Notas 1719: “Procurações Bastante faz Constantino de Oliveira Ledo a pessoas”. Cartório 1º ofício de notas João Queiroga, Pombal-PB.